



2018 CURSO MODULAR

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PARA CIÊNCIAS NATURAIS

A linguagem jurídica apresenta peculiaridades que muitas vezes podem dificultar sua correta interpretação, afetando o desempenho profissional. Aprenda o que a lei quer dizer.

*CPP Todos os direitos reservados. Não é permitida a reprodução parcial ou total deste projeto.

**CURSO VOLTADO
PARA
PROFISSIONAIS E
ESTUDANTES EM
CIÊNCIAS NATURAIS:
BIOLOGIA,
GEOLOGIA,
GEOGRAFIA,
ENGENHARIAS,
ARQUITETURA,
GESTÃO AMBIENTAL
E OUTRAS ÁREAS
AFINS**

Compreender a
legislação ambiental
qualifica para uma
melhor atuação
profissional

**INFORMAÇÕES:
WHATSAPP [65](https://api.whatsapp.com/send?phone=65999838634)
999838634
[CURSOLEGAMB@GMAIL
.COM](mailto:CURSOLEGAMB@GMAIL.COM)**

**CURSO MODULAR –
ESCOLHA O TEMA DE
SEU INTERESSE.**

**20 HORAS-AULA POR
MÓDULO, COM
CERTIFICADO**

1. Apresentação

Muitas áreas do conhecimento científico que se voltam para compreender a dinâmica do meio ambiente, ou que se dedicam a estudar a interação do homem com o ambiente com objetivos econômicos, tem suas funções diretamente afetadas pela norma.

Considerando-se a dificuldade de interpretar a lei face aos conceitos próprios, vernáculo específico além da intrincada forma de aplicabilidade da regra jurídica definida pelo sistema federativo brasileiro que impõem hierarquia entre as normas, este curso disponibilizará ao participante o conhecimento do arcabouço legal mais relevante na esfera federal, de maneira que possa habituar-se à técnica da linguagem jurídica e ter segurança na interpretação da mesma nos casos concretos que surgirão em sua vida profissional.

Sabido é que o universo profissional que atua com o ambiente natural/artificial, seja ele urbano ou rural, é formado por uma gama bem diversificada de profissionais (engenharias, gestores, biólogos, geógrafos, economistas, cientistas sociais) e, que muitas vezes ver-se-ão no seu cotidiano tendo que lidar com algum tipo normativo (leis propriamente dita, resoluções, portarias, etc.) e, seja durante a sua formação profissional ou posteriormente na sua formação continuada não são contemplados com a preparação para a leitura e interpretação da legislação ambiental, este programa atende a essa necessidade, além disso, contempla um dos relevantes papéis da universidade pública em voltar-se para a comunidade colaborando com a sua capacitação e disseminando o conhecimento da legislação ambiental com isso certamente influenciando uma participação do cidadão mais qualificada.

2. REALIZAÇÃO

CPP

Dentre a gama de ações do CPP inclui-se também a promoção, o incentivo de atividades de ensino no campo do meio ambiente e das políticas públicas que possam contribuir com a conservação ambiental além de colaborar com a difusão da informação ambiental, além de promover e apoiar cursos e outras formas de ensino.

INAU

Com a criação do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas (INCT Áreas Úmidas ou INAU) desenvolveu-se uma rede multidisciplinar de pesquisa com o intuito de contribuir para a construção de políticas públicas para a conservação e o manejo sustentável

REALIZAÇÃO:



Clínica de Direitos Humanos e Meio Ambiente – FD/UFMT

de Áreas Úmidas (AUS), nesse sentido, esta ação do CPP é apoiada pelo INAU porque oportuniza a disseminação do conhecimento da legislação ambiental que tutela esses biomas e, portanto contribui para o aprimoramento dos pesquisadores, estudantes e demais profissionais que atuam na região e, portanto, poderão colaborar com a aplicação e elaboração de normas e leis mais adequadas às peculiaridades locais.

PPGECB PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE –

O Curso de Mestrado em Ecologia e Conservação da Biodiversidade, da Universidade Federal de Mato Grosso, iniciou as suas atividades em 1993 e em 2011 implantamos o Curso de Doutorado. Os objetivos principais do curso são (i) Formar cientistas com amplo poder de inovação e conhecimento teórico e prático em ecologia, (ii) Fortalecer a pesquisa na região Centro-Oeste, principalmente no Pantanal, Cerrado e Amazônia, além de gerar novos conhecimentos e soluções para o uso sustentável dos recursos naturais e para o desenvolvimento das atividades humanas e (iii) Preparar profissionais para atuação em atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento de tecnologias em universidades, institutos de pesquisa, empresas, órgãos de governo e entidades privadas. Atualmente nosso curso é avaliado pelo comitê de biodiversidade da CAPES.

CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS E MEIO AMBIENTE/Faculdade de Direito/UFMT:

A Clínica de Direitos Humanos e Meio Ambiente da Faculdade de Direito da UFMT tem dentre seus objetivos contribuir para o desenvolvimento nas áreas de ensino, pesquisa e extensão e, tem uma característica interdisciplinar muito marcante em suas ações como por exemplo na capacitação de conselheiros para os Conselhos Municipais de Meio Ambiente, de maneira, que o programa deste curso é uma das ações em que atua como parceira, face à participação da ministrante, Anete Garcia Fiuza, como membro da Clínica.

1. Objetivos

- Apresentar as principais normas federais na área ambiental;
- Reconhecer o sistema de hierarquia das normas e sua aplicabilidade no cotidiano profissional;
- Identificar os conceitos legais mais relevantes por seu uso constante;
- Conhecer a estrutura da gestão ambiental pública federal e estadual e seus limites de atuação;

REALIZAÇÃO:



CPP
CENTRO DE
PESQUISA
DO PANTANAL

INAU
INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA
E TECNOLOGIA EM ÁREAS ÚMIDAS



**PPG
ECB**

Clínica de Direitos Humanos e Meio
Ambiente – FD/UFMT

- Identificar alguns tipos de áreas protegidas criadas pela legislação ambiental;
- Compreender os princípios da responsabilidade administrativa, civil e penal do meio ambiente;
- Estudar os principais instrumentos da gestão ambiental brasileira, como o licenciamento ambiental;
- Reconhecer alguns instrumentos tributários de estímulo às intervenções favoráveis ao ambiente;
- Compreender a responsabilidade internacional do país quando de adesão à convenções internacionais;
- Estudar os princípios da política nacional de recursos hídricos;
- Compreender o cenário normativo brasileiro sua intrincada interação e implicações para a conservação do patrimônio natural.

3. Metodologia

As aulas são expositivas, utilizando-se recursos audiovisuais, e aplicação de dinâmicas de grupo que possam garantir a aplicação dos conceitos estudados nas exposições.

4. Público Alvo

Profissionais e estudantes de graduação ou pós-graduação nas áreas das Ciências Naturais e afins, funcionários públicos de órgãos ambientais do Município e do Estado, membros de conselhos ambientais e urbanísticos, além de profissionais liberais que atuam na área de meio ambiente, bem como qualquer interessado em temas de políticas públicas ambientais.

REALIZAÇÃO:



Clínica de Direitos Humanos e Meio Ambiente – FD/UFMT

Breve resumo curricular da ministrante ANETE GARCIA FIUZA: possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso (1997), graduação em Licenciatura Plena em Biologia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1990) é mestre em Educação e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Mato Grosso (2003). Atualmente presta consultoria para elaboração de projetos de leis na área ambiental para diversos municípios. Elaborou a proposta de consolidação da legislação ambiental ordinária e complementar do Estado de Mato Grosso em consultoria prestada à Assembleia Legislativa de MT, projetos de leis ordinária e complementar em tramitação na Casa. Tem experiência na área da Advocacia Ambiental. Colabora com as atividades do INAU (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas). Pesquisadora Associada da UFMT no Lab. de Ecologia e Manejo de Recursos Pesqueiros. Sócia proprietária do escritório de advocacia Malvenier & Fiuza. Fonte: Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/3370358862549784>

REALIZAÇÃO:



Clínica de Direitos Humanos e Meio Ambiente – FD/UFMT

5. Programação

MÓDULO	HORA-AULA	REALIZAÇÃO	PERÍODO INSCRIÇÃO
MOD. 1 DIREITO AMBIENTAL – PRINCÍPIOS E DIREITO CONSTITUCIONAL AMBIENTAL	20	23, 24 e 25.04.18	03 a 23.04.18
MOD. 2 LICENCIAMENTO AMBIENTAL	20	7, 8, e 9.05.18	13.04 a 07.05.18
MOD. 3 TUTELA DA FAUNA	20	21, 22, e 23.05.18	13.04 a 21.05.18
MOD. 4 CÓDIGO FLORESTAL: APP E RL	20	11, 12, e 13.06.18	13.04 a 11.06.18
MOD. 5 MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL ASPECTOS NORMATIVOS	20	03, 04 e 05.07.18	13.04 a 03.07.18
MOD. 6 CAR FEDERAL E ESTADUAL	20	16, 17, e 18.07.18	13.04 a 16.07.18
MOD. 7 GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS	20	08, 09 e 10.08.18	13.04 a 08.08.18
MOD. 8 INTRODUÇÃO À CONVENÇÃO DA BIODIVERSIDADE	20	13, 14 e 15.08.18	13.04 a 13.08.18
MOD. 9 TÓPICOS DA CONVENÇÃO DE RAMSAR	20	27, 28 e 29.08.18	13.04 a 27.08.18
MOD. 10 INCENTIVOS FISCAIS NO DIREITO AMBIENTAL	20	10, 11, 12.09.18	13.04 a 10.09.18
MOD. 11 INTRODUÇÃO AO PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS	20	24, 25 e 26.09.18	13.04 a 24.09.18
MOD. 12 INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS ÁGUAS	20	08, 09, 10.10.18	13.04 a 08.10.18
MOD. 13 POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS	20	29,30, 31.10.18	13.04 a 29.10.18
MOD. 14 RESPONSABILIDADE PENAL E ADMINISTRATIVA AMBIENTAL	20	5, 6, 7.11.18	13.04 a 05.11.18
MOD. 15 RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL	20	26, 27, 28.11.18	13.04 a 26.11.18

6. Período do curso, local e informações

Data: ABRIL A NOVEMBRO DE 2018 conforme o calendário

Horário: 18h30 às 21h40 (intervalo: 20h15)

Carga horaria: 20 horas-aula por módulo

REALIZAÇÃO:



**PPG
ECB**

Clínica de Direitos Humanos e Meio Ambiente – FD/UFMT

Os módulos são construídos de maneira independente entre si com um tema gerador comum, a proteção do meio ambiente, entretanto, o ementário por módulo é construído de maneira que o interessado possa escolher a inscrição ao tema que mais lhe interessa, fazendo jus ao certificado pelo que efetivamente cursou, podendo o interessado aderir ao curso em qualquer dos módulos.

ONDE: Auditório de Ecologia e Conservação da Biodiversidade, campus UFMT – Cuiabá/MT.



Mapa do local <https://goo.gl/maps/6spfEDbuwu62>

Central de informações: (65) 3627 1887

WhatsApp: (65) 999838634

E-mail: cursolegamb@gmail.com

REALIZAÇÃO:



Clínica de Direitos Humanos e Meio Ambiente – FD/UFMT

7. Investimento

Categoria	Valor
Estudante de Graduação	R\$ 70,00
Estudante de Pós Graduação	R\$ 100,00
Profissional	R\$ 130,00

Para obter os preços especiais para estudantes de graduação e pós- graduação, o participante deve comprovar a sua categoria:

**Estudante de graduação e pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), deverá anexar o comprovante de matrícula no semestre vigente enviar para o e-mail cursolegamb@gmail.com, juntamente com o comprovante de pagamento da inscrição no curso.*

7.1 Forma de Pagamento

Os participantes deverão realizar o pagamento através de depósito bancário e/ou transferência a favor do Centro de Pesquisa do Pantanal - CNPJ: 05.220.369/0001-23. Endereço: Rua Dois, n. 497 Sala 02 – Bairro Boa Esperança CEP:78.068-360 - Cuiabá – MT

Dados Bancários:

Banco do Brasil 001
Agência: 1216-5
C/C: 167547-8

7.2 Inscrição por módulo

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeXy28uQX5snfiKwOEY6u4ngBCG-zVCXBIMbZFvD9gj4TUmkw/viewform?usp=sf_link

8. Informações Complementares

1. No caso de desistência o participante deverá enviar a solicitação por escrito para o e-mail cursolegamb@gmail.com, com no mínimo 10 dias antes da data de início do curso.
2. O cancelamento e pedido de devolução do valor da inscrição somente poderá ser feito pelo próprio participante. A solicitação deverá conter os seguintes dados:
 - Nome completo do participante;
 - Número do CPF;
 - Dados bancários para a devolução (banco, agência, conta corrente e nome completo do titular da conta)
3. Não será permitida a transferência de inscrição para outro participante.

REALIZAÇÃO:



Clínica de Direitos Humanos e Meio Ambiente – FD/UFMT

4. Reembolso

- Para solicitações de cancelamento da inscrição e pedido de reembolso do valor pago realizadas em até 10 (dez) dias corridos a partir da data de pagamento da inscrição, o reembolso sofrerá retenção de 10% (dez por cento) do valor pago, cuja retenção refere-se a taxa administrativa.
- Para solicitações de cancelamento feitas após 10 (dez) dias corridos a partir da data de pagamento da inscrição, o reembolso sofrerá retenção de 50% (cinquenta por cento) do valor pago, para cobrir custos fixos.

REALIZAÇÃO:



Clínica de Direitos Humanos e Meio Ambiente – FD/UFMT